

ESTADO, RELAÇÕES DE PODER E SOCIEDADE NO PRIMEIRO PROGRAMA ECONÔMICO DO PT

Gelsom Rozentino de Almeida*

Resumo: O presente artigo tem por objetivo principal contribuir para o conhecimento das primeiras definições políticas do Partido dos Trabalhadores com relação ao Estado, poder, sociedade e classes sociais, ainda no contexto da Ditadura Militar. Com destaque, analisa o posicionamento do partido diante da ampliação das noções de classe trabalhadora e cidadania, da defesa de uma agenda política pautada por interesses históricos dos trabalhadores e por um conjunto de propostas alternativas a crise econômica e a questão nacional. O PT, nas eleições de 1982, já apresentava contradições entre concorrer na arena política institucional e apresentar propostas para gerenciar a crise ou apresentar uma proposta anti-capitalista.

Palavras-Chave: Partido dos Trabalhadores, Estado, Crise Econômica, Propostas, Poder.

Abstract: The present article has for main objective to contribute for the knowledge of the first political definitions of Party of the Workers with relationship to the State, to can, society and social classes, still in the context of the Military Dictatorship. With prominence, it analyzes the positioning of the party before the amplification of the working class notions and citizenship, of the defense of a ruled political calendar for the workers' historical interests and for a group of alternative proposals the economical crisis and the national question. The PT, in the elections of 1982, already presented contradictions between to compete in the institutional political arena and to present proposed for administer the crisis or to present a proposal anti-capitalist.

Word-key: Party of the Workers, State, Economical Crisis, Proposed, Power.

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Professor Adjunto do Departamento de Ciências Humanas e Mestrado em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

1. Historiografia sobre o PT: a ausência da História.

O Partido dos Trabalhadores tem sido objeto de estudo e reflexão de pesquisas no meio acadêmico com preocupações, enfoques, metodologias e fontes distintas. Também existem autores que interpretam a história do partido a partir de sua experiência pessoal. Quase todos desenvolvidos por cientistas políticos ou sociólogos, carecem pesquisas efetivamente realizadas por historiadores.¹ Pretendo expor aqui um rápido painel das contribuições mais significativas desses trabalhos.

O trabalho de maior destaque é o de Margaret E. Keck, que analisa o processo de construção do PT, seus vínculos com os movimentos sociais – especialmente o sindical –, seu papel na transição brasileira, as primeiras experiências eleitorais e a administração do município de Diadema, até 1985. Sua hipótese principal é que o desenvolvimento do PT teve como fator mais importante a relação com o movimento sindical. A autora utilizou como fonte um grande número de entrevistas com dirigentes e militantes petistas, periódicos do PT, periódicos em geral até 1985, TRE-SP e documentos do PT.²

Rachel Meneguello analisa as origens, organização e propostas iniciais do PT, bem como os resultados de sua primeira participação eleitoral, em 1982. Atenta sobretudo a origem, a autora enfatiza a novidade do PT na política brasileira, destacando a atuação do novo sindicalismo na sua formação. O PT traduziria a mudança do papel político dos setores mais modernizados da classe trabalhadora que, articulados em torno da luta pela conquista plena dos seus direitos sociais e políticos, deslocaram seu âmbito de ação do restrito universo das relações corporativistas de trabalho para o universo político-institucional pluripartidário. Preocupa-se também em caracterizar um perfil, tanto do militante como do eleitor, nas eleições de 1982. Utiliza entrevistas, periódicos, TRE-SP e documentos do PT.³

¹ Destaco dois trabalhos de maior fôlego sobre o tema, realizado por historiadores: ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma década quase perdida: 1979-1989*. Tese de Doutorado em História, ICHF/UFF, Niterói, 2000.

COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o Capital. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de Doutorado em História, ICHF/UFF, Niterói, 2005.

² KECK, Margaret E., *A Lógica da Diferença: o Partido dos Trabalhadores na Construção da Democracia Brasileira*, São Paulo: Ática, 1991.

³ MENEGUELLO, Rachel, *PT: a formação de um partido, 1979-1982*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Vale mencionar que, tanto Keck como Meneguello utilizam pouca documentação escrita, valendo-se mais de entrevistas e bibliografia.

Isabel de Souza estuda a origem sindical do PT e descreve os principais eventos do período e do processo de constituição do PT, até o início de sua atuação legal. A ênfase do trabalho é dada à reconstrução e crítica do discurso dos sindicalistas, tanto acerca das relações entre lideranças e bases, quanto entre o movimento sindical, o Estado e o empresariado. O trabalho é baseado em entrevistas de dirigentes sindicais e informações em periódicos.⁴

Leôncio Martins Rodrigues pesquisa o perfil das lideranças do PT, demonstrando que sua composição social não é predominantemente de trabalhadores manuais e operários (ainda que existam em maior proporção do que nas demais agremiações), mas sim de intelectuais e sindicalistas de classe média e do setor terciário. A formação do PT teria contado com o apoio decisivo de instituições de peso: a Igreja Católica, sindicatos oficiais e organismos intelectuais de renome, como o CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – e o CEDEC – Centro de Estudos e Cultura Contemporânea -, devendo-se relativizar a afirmação de que o PT nasceu “de baixo para cima”.⁵

Emir Sader organiza coletânea de textos de importantes lideranças do PT e intelectuais, como Francisco de Oliveira, Marilena Chauí, José Álvaro Moisés, Luís Gushiken, José Dirceu, José Genoíno e Plínio de Arruda Sampaio. Os artigos analisam os dilemas e os impasses enfrentados à época, para a determinação do perfil e do caráter do partido. O elo de ligação entre os autores é a preocupação com uma definição das propostas, programas e opções ideológicas do PT.⁶

Cláudio Gurgel analisa as origens do PT e debate as questões e dilemas do partido: as tendências e agrupamentos internos, a precariedade dos núcleos, o contraponto entre os modelos de partido “de massas” e “de vanguarda”, a insuficiência de suas concepções programáticas, sobretudo a (in)definição da concepção de socialismo. O objetivo principal é verificar se o PT estaria apto para exercer o

⁴ SOUZA, Isabel Ribeiro de Oliveira Gómez de, *Trabalho e Política: as origens do Partido dos Trabalhadores*, Petrópolis: Vozes, 1988.

⁵ RODRIGUES, Leôncio Martins, “A composição social das lideranças do PT”, in: *Partidos e Sindicatos: escritos de sociologia política*, São Paulo: Ática, 1990.

⁶ SADER, Emir (org.), *E agora, PT? Caráter e identidade*, São Paulo: Brasiliense, 1986.

poder. O autor se baseia na experiência de militância pessoal no partido para a redação do livro.⁷

Raul Pont descreve as origens, lutas e principais problemas do processo de construção do PT. A partir dos momentos de elaboração política e das lutas do partido – os encontros –, o autor recupera as principais questões da trajetória petista entre 1979 e 1991, sob o prisma da sua experiência política pessoal.⁸

Clóvis Bueno de Azevedo analisa as ambigüidades do pensamento petista. Seu objetivo principal é compreender por que o partido possuiria limitações essenciais relacionadas à novidade que representa na política brasileira e à democracia, bem como à possibilidade de combiná-las e juntá-las ao socialismo. Para o autor, a chave da compreensão desses problemas, das insuficiências e contradições, estaria no plano ideológico, na formulação do projeto partidário, na definição dos objetivos, na escolha das metas, vias ou caminhos para atingi-los. O PT estaria “dividido ao meio”, com duas metades “irreconciliáveis”, desde a sua concepção, embutida em suas origens e, à semelhança de uma imposição genética, determinaria a forma de sua evolução ao longo de sua existência. Oscilando entre leninismo e social-democracia, o PT não conseguiria articular democracia e socialismo, tornando ambos mutuamente excludentes. O autor analisa detalhadamente documentos do PT, desde a formação até 1995.⁹

Olavo Furtado analisa a social-democracia no PT e PSDB a partir da comparação com o modelo histórico europeu. O autor estabelece um rápido perfil desses partidos, quanto a origem, motivos de criação, organização interna, lideranças, relação com as bases, regionalismo, desempenho eleitoral, etc., tendo como referência a documentação partidária.¹⁰

⁷ GURGEL, Cláudio, *Estrelas e borboletas; origens e questões de um partido a caminho do poder*, Rio de Janeiro: Pagagaio, 1989.

⁸ PONT, Raul, *Breve História PT*, Brasília: Centro de Documentação e Informação/Câmara dos Deputados, 1992.

⁹ AZEVEDO, Clóvis Bueno de, *A estrela partida ao meio*, São Paulo: Entrelinhas, 1995. Os capítulos 1 e 2 do livro correspondem aos capítulos 2 e 3 da dissertação de mestrado do autor.

AZEVEDO, Clóvis Bueno de, *Leninismo e Social-Democracia: uma investigação sobre o projeto político do Partido dos Trabalhadores*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, São Paulo, USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1991.

¹⁰ FURTADO, Olavo Henrique Pudenci, *Trajeto e Perspectivas Social-Democratas: Do Modelo Europeu para o*

Paulo Roberto Leal estuda o deslocamento do PT de sua proposta original: a pretensão de ser um partido voltado mais para a representação de segmentos sociais do que um partido voltado para o sucesso eleitoral. O autor conclui que o partido caminhou para a centro-esquerda, mas, o equilíbrio entre duas “megatendências” – uma, aglutinada por sindicalistas e composta por outros setores, sobretudo do movimento popular; outra, com predomínio de organizações de esquerda que absorveram antigas forças de resistência à ditadura – teria sido a garantia de que nenhum grupo seria capaz de construir uma hegemonia suficiente para deslocar profundamente a lógica que sustenta o PT desde sua fundação. O trabalho é baseado em documentos do PT e periódicos.¹¹

O trabalho de Pere Petit, dedicado ao estudo da história do PT no Pará, contribui para uma visão alternativa à presente em grande parte das obras sobre o PT, cujo foco é o sindicalismo do ABC e as lideranças paulistas. Seu objetivo é analisar a presença de outros atores políticos na constituição do PT como principal partido de esquerda no Brasil, como os setores progressistas da Igreja Católica, organizações e ex-militantes da esquerda revolucionária, assim como dirigentes de sindicatos dos trabalhadores rurais e sindicalistas de Belém, acompanhando a sua trajetória desde a criação até 1994. A análise de Petit parte de temáticas gramscianas, como bloco histórico e disputa pela hegemonia, buscando aprofundar o conhecimento das condições realmente existentes de luta social, política e ideológica. A pesquisa contou com a utilização de entrevistas e fontes escritas.¹²

Destarte a relevância e o mérito de todos os trabalhos supracitados, em nenhum deles consta a análise do primeiro programa econômico do PT. Por quê? Em parte, acredito que pela pequena abrangência da divulgação do mesmo, através do *Jornal dos Trabalhadores*, veículo do partido e de alcance limitado. Em parte, por estarem mais envolvidos com as questões pertinentes à origem, formação e desenvolvimento do partido ou ao seu desempenho

PSDB e o PT no Brasil, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, março de 1996.

¹¹ LEAL, Paulo Roberto Figueira, *A Encruzilhada do PT: a lógica da representação versus mercado eleitoral*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1997.

¹² PETIT, Pere, *A Esperança Equilibrada: a trajetória do PT no Pará*, São Paulo/Belém, NAEA-UFPA/Boitempo, 1996.

eleitoral. Mas não tenho bola de cristal nem procuração para responder em nome desses autores. O que me interessa, no presente trabalho, é demonstrar que o PT, já nas eleições de 1982, apresentava contradições entre a conformação à sociedade capitalista, apresentando-se como capaz de gerenciar a crise econômica e promover o desenvolvimento nacional – representado pelos programa – e uma difusa retórica anti-capitalista ou anti-burguesa presente na maioria da base do partido – e mesmo no *slogan* daquela eleição: *trabalhador vota em trabalhador*, ou mais especificamente em São Paulo: *vote no 3 – o resto é burguês*. Esse programa é o primeiro documento do partido a tentar formular para o próprio partido um rol de conceitos e definições políticas sobre Estado, poder, sociedade, classes sociais, objetivando a ampliação do discurso petista para o conjunto da sociedade brasileira.¹³ Para os fins deste trabalho, primeiramente apresento uma rápida análise dos documentos iniciais do PT para, em seguida, analisar com mais vagar o programa econômico.

2 – A Formação do PT e suas primeiras definições

Todo estudioso da década de 1980 não pode se furtar de abordar duas grandes questões: a crise econômica e o fim da ditadura militar. Todavia, observa-se uma tendência em grande parte dos trabalhos sobre o período de uma dedicação maior ao estudo da ação das “elites” – suas estratégias, propostas e acordos, como se fosse a síntese da política nacional.¹⁴ Mesmo parte das pesquisas dedicadas aos movimentos sociais assumiriam uma postura de marginalidade desses movimentos ante a “política nacional”. Os conceitos marxistas de classes sociais e de luta de classes seriam considerados insuficientes para a análise da sociedade contemporânea, tanto por parte daqueles que centralizam o foco de suas pesquisas na dominação quanto daqueles que centralizam

¹³ Gostaria de alertar ao leitor que não se trata nesse trabalho de identificar as origens das mazelas do PT, ou a incoerência entre os compromissos históricos do PT e o programa econômico executado pelo governo Lula, mas sim da análise das ambigüidades petistas iniciais em seu devido contexto histórico.

¹⁴ Como exemplo: DINIZ, Eli, BOSCHI, Renato & LESSA, Renato, *Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da Nova República*, São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1989. MOISÉS, José Álvaro & ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (orgs.), *Dilemas da consolidação da democracia*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. O'DONNELL, Guilherme & SCHMITTER, Philippe C., *Transições do regime autoritário*, São Paulo: Vértice, 1988.

nos dominados. De forma diversa, analiso a constituição do Partido dos Trabalhadores – PT - (secundado, no caso, pela CUT, e ambos derivados do “Novo Sindicalismo”) como principal agente de transformação da sociedade brasileira e a sua relação com a democracia. O momento político, embora não dissociado do econômico, seria o *locus* principal da intervenção do PT, manifesta das mais variadas formas, mas, sempre tendo como referência o Estado.¹⁵

Assim sendo, cabe destacar o papel fundamental desempenhado pelo PT e a CUT na resistência às políticas de “ajuste” preconizadas pelo FMI e o Consenso de Washington, bem como na sua transformação em referência da oposição durante o Congresso Constituinte e como alternativa de poder para grande parte da sociedade brasileira ao longo da década. Coube ao PT, sobretudo, embora não só, inserir no debate nacional temas como direitos sindicais, previdenciários, de saúde, de educação, de transporte, de “minorias”, de meio ambiente, direitos humanos, cidadania e reforma agrária. Ao mesmo tempo recusando a herança mas dialogando com o passado do “nacional-reformismo” (ou o “nacional-desenvolvimentismo”) o PT buscou construir uma alternativa nacional com a reapropriação pelos trabalhadores de sua própria história.

O Partido dos Trabalhadores estabelece um diálogo conflituoso com esse passado, renegando parte de sua herança. A centralidade operária na construção da democracia no Brasil é a base do projeto político petista em seus primeiros anos. A democracia e o socialismo são indissociáveis um do outro, bem como a questão nacional só seria resolvida, na perspectiva popular, com ambos.

A segunda metade da década de setenta foi marcada, por um lado, pelo início do processo de transição política e, por outro, pelo

¹⁵ Neste sentido, destarte a análise do Estado brasileiro não ser objeto desta pesquisa, é inegável a utilidade de comparar uma determinada concepção de Estado Capitalista com as diferentes concepções presentes tanto no PT quanto na CUT. Tanto Poulantzas como Gramsci, respeitando as suas singularidades, forneceriam uma espécie de contraponto teórico às análises que consideram o Estado como “bloco monolítico” ou “comitê central da burguesia” ou, ainda, a contraposição simplista entre Sociedade e Estado. A esse respeito ver:

GRAMSCI, Antonio, *Maquiavel, o Estado e a Política*, 8ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1991.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O Poder, O Socialismo*. São Paulo: Graal, 1988.

(re) surgimento de importantes movimentos sociais. A luta contra a carestia, a criação de associações de moradores e as greves, demonstrariam que a sociedade brasileira não se estagnara com o Golpe de 1964: as transformações que ocorriam na economia tiveram o seu paralelo na cultura e sociedade. A insatisfação com a ditadura já fora evidenciada pelo resultado favorável à oposição (MDB) na eleição de 1974 e crescia sem parar. Antes mesmo da greve da Scania no ABCD paulista em 1977, mas sobretudo com as greves de 1978 a 1980, o “novo sindicalismo” se constituiu como sujeito político, baseado na participação de massa e na elaboração de novos conteúdos reivindicativos, mais específicos em relação ao “mundo do trabalho”, ao mesmo tempo que englobavam as reivindicações políticas mais amplas da sociedade.

Desta forma, não foram as “sucessivas derrotas obtidas pelo novo sindicalismo no tocante às suas mais importantes demandas, [que] traçaram os passos seguintes da luta político-sindical ampliada” tornando “necessário dar um novo formato à estratégia de luta do novo sindicalismo, o qual fosse capaz de escapar da rigidez das estruturas trabalhistas e que se mantivesse sustentado na força política de seu caráter reivindicativo generalizador”¹⁶, mas efetivamente um projeto anterior às greves de 1979 e 1980 e parte não só de uma estratégia de um grupo de sindicalistas mas de setores da esquerda, pertencentes (e descontentes) do MDB, incorporando desde grupos trotskistas até a comunidades eclesiais de bases ou movimentos populares. Assim, se o avanço da estratégia desses setores, sobretudo do “novo sindicalismo”, se daria com a percepção do isolamento do movimento sindical com relação aos outros agentes políticos durante os movimentos grevistas de 1979 e 1980, não é verdadeiro que essa estratégia não fosse anterior, que os movimentos não fossem organizados (ao invés de “espontâneos”), ou que suas lideranças fossem “apolíticas”.

Embora não se consiga precisar quando surgiu de fato a idéia de criação, a primeira manifestação pública da vontade de um grupo de importantes líderes sindicais de organizar um partido político, o Partido dos Trabalhadores, ocorreu no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São

¹⁶ MENEGUELLO, Rachel, *PT: A Formação de um Partido, 1979-1982*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 48,

Paulo, na cidade de Lins (SP), em 24 de janeiro de 1979. No documento final, afirmou-se a crítica ao sistema capitalista – que, visando o lucro, utilizaria da exploração desumana de homens, mulheres e crianças até a implantação de ditaduras sangrentas para manter a exploração.

Os fundadores do PT percebiam claramente que o fim da ditadura militar não significaria o fim da exploração capitalista. Assim sendo, não bastaria aos trabalhadores a luta contra o “autoritarismo”, posto que tal projeto político representaria a continuidade da subordinação das demandas e direitos dos trabalhadores à lógica de uma frente heterogênea liderada pela burguesia. O MDB (Movimento Democrático Brasileiro), único partido legal de oposição e que se dispunha a ser o instrumento político dessa frente após a reforma do sistema partidário, era identificado como incapaz de representar os interesses gerais e específicos dos trabalhadores. Reivindicações como anistia, constituinte, liberdade partidária e reforma agrária seriam alcançadas apenas com a organização política dos trabalhadores, “tomando a luta em suas mãos”, através de “seu” partido político. Para essas lideranças sindicais, a inexistência desse partido dificultaria o avanço do próprio movimento sindical e o “forçaria” a buscar apoio em outras classes.

O PT, diferentemente dos PCs e dos partidos revolucionários anteriores, ampliaria o conceito de “classe operária” para “classe(s) trabalhadora(s)”. Reforçava-se a importância da autonomia da classe trabalhadora para efetiva conquista de suas demandas históricas, as lideranças do novo sindicalismo questionando o papel de vanguarda portadora de sua consciência política. Buscava-se afirmar a autonomia organizatória desse movimento face ao Estado e à classe dominante.

Esses dois primeiros documentos pré-PT expressariam sobretudo a opinião de um determinado setor do movimento sindical – o novo sindicalismo. A “Declaração Política” representaria uma tentativa de ampliar os horizontes do partido, apresentando o “Movimento pelo Partido dos Trabalhadores” como algo ainda em construção, porém com crescente repercussão em diferentes setores da sociedade brasileira. A “idéia” do PT teria surgido como avanço e fortalecimento de um novo e amplo movimento social que se estenderia das fábricas aos bairros, dos sindicatos às comunidades eclesiais de base, dos movimentos contra a carestia às associações de moradores, do movimento estudantil e de intelectuais às associações

profissionais, do movimento dos negros ao movimento de mulheres, etc.

Para tal fim, o Movimento pelo PT objetivava se constituir como uma organização nacional de massas, formada por **todos os setores** interessados na transformação econômica, social e política da realidade brasileira. Naquele momento ele já contava com o apoio e a participação de alguns parlamentares do MDB “mais comprometidos com as lutas das grandes maiorias da Nação” (integrantes da “tendência popular”) e os setores da Igreja progressista. Reiterava-se que o objetivo maior do PT não seria propor soluções imediatas e provisórias, mas criar as condições para a luta de médio e longo prazo pela democratização real da sociedade, e não apenas das instituições políticas. “O PT luta para todo poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores, única maneira de por fim à exploração e à opressão.”¹⁷ Todavia, diferentemente dos documentos anteriores, que hesitavam em ir além do apelo às bases de trabalhadores assalariados, a “Declaração Política” apresentava a oportunidade de se formar uma “ampla frente de massa contra o regime ditatorial” formada por todas as forças democráticas.

No último documento pré-PT, a “Plataforma Política”, foram inscritos os pontos tidos como básicos para expressar o compromisso do partido, bem como apontar as formas de luta, em três grandes áreas interligadas: 1) Liberdades Democráticas; 2) Melhores Condições de Vida e Trabalho; e 3) Questão Nacional.

1 – **Liberdades Democráticas:** sindicatos livres e independentes do Estado com a extinção da estrutura sindical vigente; efetiva liberdade de organização nos locais de trabalho; legalização das comissões e delegados de fábrica, eleitos democraticamente pelos trabalhadores; plenos direitos sindicais aos funcionários públicos; Central Única dos Trabalhadores, eleita democraticamente por todos os trabalhadores; direito irrestrito de greve (abolição de toda legislação repressiva); Anistia ampla, geral e irrestrita; reintegração em seus cargos de todos aqueles que foram demitidos ou aposentados por força de atos excepcionais; fim da repressão, fim das torturas, investigação de todas as arbitrariedades policiais e punição dos responsáveis; fim dos tribunais de exceção; eleições livres e diretas; direitos de voto aos

¹⁷ Idem.

analfabetos, cabos e soldados; fim do regime militar; convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana; por um governo dos trabalhadores.

2 – **Melhores Condições de Vida e Trabalho:** fim da política salarial e recuperação das perdas salariais provocadas pelo arrocho salarial do regime autoritário, também levando em conta o aumento da produtividade do trabalho; salário mínimo nacional único que atenda às necessidades básicas dos trabalhadores; escala móvel de salários; jornada de trabalho de 40 horas semanais; fim das horas extras; contrato coletivo de trabalho; contra o desemprego; pelo salário desemprego; estabilidade no emprego; férias pagas em dobro; aposentadoria integral; segurança no trabalho; extensão dos direitos dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais; congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade; socialização da medicina; democratização do ensino, com ensino público para todos; política habitacional que garanta moradia a todos os trabalhadores; etc.

3 – **Questão Nacional:** o principal desafio seria a implementação da reforma agrária, através da erradicação dos latifúndios improdutivos e distribuição da terra aos trabalhadores sem terra; título de posse da terra aos posseiros; garantia de financiamento aos posseiros, pequenos proprietários rurais, desde a preparação da terra até a distribuição do produto; estímulo à organização de forma cooperativa dos pequenos proprietários; estatização das empresas que prestam serviços básicos (transporte de massa, educação, saúde, produção e distribuição de energia, etc.); nacionalização e estatização de todas as empresas estrangeiras; estatização das grandes empresas e bancos; estatização das fontes e das empresas de energia, indústria extrativa e de infra-estrutura; controle popular dos fundos públicos; respeito absoluto às peculiaridades culturais de cada região que compõe o País; respeito aos direitos das minorias raciais; política econômica e social que impeça desníveis regionais; política externa independente.¹⁸

No “Manifesto”, o PT reafirmaria o seu compromisso com “a democracia plena e exercida diretamente pelas massas”, proclamando “que a sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas”.¹⁹ Dessa forma, o partido questionava abertamente as

¹⁸ Plataforma Política, PT, SP, s/d (após 13/10/79).

¹⁹ Manifesto, aprovado pelo Movimento Pró-PT em 10/02/80 no Colégio Sion (SP) e publicado no Diário Oficial da União de 21/10/80. É considerado o primeiro documento oficial do PT.

instituições e o sistema político vigente, não se sujeitando a funcionar exclusivamente conforme as regras instituídas e o calendário eleitoral. Sem, contudo, buscar a ilegalidade, os fundadores do PT buscavam estabelecer uma atuação pautada pela organização e demandas dos movimentos sociais e sindical. Para tanto, ao mesmo tempo que lutando por liberdade e autonomia sindical, liberdades civis, democratização, o PT se apresentava como **o representante** dos trabalhadores. A conquista do poder pelos trabalhadores – através do PT – seria fundamental para a efetiva democratização da sociedade brasileira, da transformação das condições de vida e trabalho do povo e soberania nacional.

Ocorre um deslocamento no enunciado petista entre o processo limitado de redemocratização (desmontagem de um Estado de exceção) e a redefinição do papel do Estado em uma formação social capitalista. Nota-se, ainda que de forma não explícita, uma influência do pensamento rousseauiano que se evidencia através da proposição de um novo Estado democrático, que expressasse soberanamente os interesses dos trabalhadores. O PT no poder, portanto, seria o portador desse desejo manifesto do povo de obter a liberdade e igualdade.

A relação do PT com a classe trabalhadora seria, ao mesmo tempo, **condição e resultado** do avanço da democracia. Aliás, o próprio partido se definiria como um elemento fundamental desse processo.

O ambicioso Plano de Ação do Partido dos Trabalhadores buscava indicar todas as questões e reivindicações da sociedade brasileira e algumas propostas para a sua solução. Um aspecto interessante era que, se havia uma proposta de transformação social de cunho diferente da revolucionária, havia de fato um empenho extraordinário em estabelecer que o projeto petista ia muito além da reconstituição de um Estado de Direito, localizando, balizando e formulando as condições mínimas para a sua implantação legítima. Não bastaria, portanto, um mero rearranjo institucional, seria importante que a meta “socialista” permanecesse, num duplo sentido: identificar o alvo a longo prazo e introduzir as condições mínimas para qualquer transformação legítima no curto prazo. Mas o compromisso entre essas duas dimensões seria penoso e complexo. O próprio processo de redemocratização, tortuoso e cheio de armadilhas, tornaria a situação sempre mais delicada para o PT...

O Plano se dividia em: 1) Liberdade de organização partidária e sindical; 2) Desmantelamento dos órgãos de repressão política e fim da legislação de exceção; 3) Combate à política salarial; 4) Por melhores condições de vida; 5) A questão agrária; 6) Independência nacional; 7) Apoio aos movimentos de defesa dos direitos das mulheres, negros e índios. Dessa forma, o PT apresentava a sua proposta de agenda política, definindo os temas que deveriam compor a questão nacional.

Não se pode perder de vista que no período de criação e organização do Partido dos Trabalhadores a iniciativa política institucional cabia principalmente ao governo militar. Eram do governo os projetos que indicavam os limites do processo de “abertura política”, desferindo golpes à direita e à esquerda, buscando legitimar-se com o apoio de setores liberais da oposição. Coube ao Novo Sindicalismo - com as greves do ABCD paulista, que se alastraram por inúmeras categorias em quase todo o país - e aos setores fundadores do PT arrombar a porta de entrada da cena política para a participação dos trabalhadores. Assim, para o partido, mais importante que os temas centrais da “agenda oficial” da “redemocratização” - como Anistia, Assembléia Nacional Constituinte, fim da censura, etc. - se apresentavam (ou se recuperavam) questões como a liberdade partidária, autonomia sindical, reforma agrária, combate à qualquer discriminação, a defesa dos povos indígenas, etc.

3. As eleições de 1982 e o Programa Econômico do PT

Nas eleições de 1982 predominaram os debates acerca da “transição”, bem como da manutenção da “unidade” das oposições. No entanto, para o PT, tratava-se de um importante momento de disputa de representação política e de confirmação da viabilidade de seu projeto. Muitos militantes, embalados pela rapidez do bem sucedido processo de formação, achavam que o partido poderia ser o grande vencedor desse pleito. De forma geral, a campanha eleitoral era vista como um momento de grande mobilização e organização dos trabalhadores, incorporando como suas as principais reivindicações do movimento popular. A síntese dessas reivindicações foi proposta pelo lema “**Trabalho, Terra e Liberdade**”, quando, mais uma vez, se exigia o fim da repressão e da Ditadura Militar, uma nova política salarial, reforma agrária, ampliação dos direitos trabalhistas, uma política habitacional, mais verbas para saúde e

educação, o fim de todo o tipo de discriminação, uma nova política econômica, o internacionalismo, a construção do socialismo.²⁰

A postura do PT representava uma valorização da política como meio e fim. Não a política reduzida aos mecanismos parlamentares e institucionais, mas a política como prática cotidiana, como forma de conhecimento e crítica da realidade do homem. Como um amplo processo pedagógico onde o homem, como sujeito desse processo, resgataria a dimensão política em todas as suas possibilidades. A autonomia política dos trabalhadores seria fundamental para a transformação dessa realidade e a construção de uma nova sociedade, de um “novo tipo de homem”.

Novamente, essa postura significava, na época, uma crítica direta aos partidos revolucionários anteriores e sua ambiguidade frente à política, ora excessivamente valorizada, embora reduzida em seu âmbito, através de “golpes” e da participação no Estado, ora desvalorizada e submetida ao reino do econômico. Da mesma forma, a questão da prática cotidiana, no caso de um partido de massas, suporia algo de bastante diferente das práticas socialistas (revolucionárias) anteriores, exigindo uma forma específica de articulação com outras formas organizativas não partidárias (como os movimentos sociais). Seria preciso, portanto, articular a proposta genérica com as questões organizativas.

Às vésperas da eleição de 1982, em outubro, o PT lançou um projeto de Programa Econômico que continha como principais temas o desemprego, redistribuição de renda, luta contra a inflação, luta contra o imperialismo, empreguismo e corrupção e reforma agrária. Deixando de lado um estéril antagonismo entre reforma e revolução, a direção nacional do partido afirmava:

O Partido dos Trabalhadores não tem a menor intenção de gerir o capitalismo e suas crises, mas entende que lutas por objetivos imediatos são justas porque: correspondem a necessidades da classe trabalhadora, e reforçam as lutas por objetivos de médio prazo e pelo objetivo final, o socialismo.²¹

²⁰ Plataforma Eleitoral Nacional: Trabalho, Terra e Liberdade, 20 Encontro Nacional do PT, 27 e 28 de março de 1982, São Paulo.

²¹ Projeto de Programa Econômico do PT, Introdução, *Jornal dos Trabalhadores*, no. 1, outubro de 1982, suplemento especial, p. 3. O documento foi elaborado por uma equipe de economistas do PT – Adriano Biava, Bastian P. Rydon, Carlos Eduardo Zanata, Eduardo Matarazzo Suplicy, Francisco de

Para Perseu Abramo o Programa Econômico deveria ser incluído doravante no rol dos documentos básicos do PT – Manifesto, Programa, Estatuto e Discurso de Lula na Convenção Nacional de 1981 -, como uma referência teórica e instrumento de conscientização e organização dos trabalhadores. Talvez por seu tamanho e estilo acadêmico (profundidade de análise, diversidade temática, quantidade de dados e tabelas, complexidade e complementaridade das propostas), escassa divulgação e pouca cultura política por parte da grande maioria dos membros e simpatizantes, esse texto não atingiu o conjunto do partido nem adquiriu um caráter duradouro. Mas, apesar de ser um texto econômico, possuía claros objetivos políticos que visavam ir além da análise conjuntural e medidas imediatas (e sabidamente paliativas), contribuindo para a obtenção do objetivo estratégico de longo prazo, o socialismo.

(...) O Partido dos Trabalhadores entende que a luta contra a desigualdade no plano econômico passa pela luta contra a dominação no plano social e político. Isso significa que a mera redistribuição da renda – tirar um pouco dos ricos para dar aos pobres – operada pelo Estado (por necessária que seja) **não leva** à sociedade sem explorados e sem exploradores que os trabalhadores almejam. Enquanto uma minoria tiver a propriedade dos meios de produção e o monopólio do poder político, os trabalhadores estarão sujeitos a serem dominados e, portanto, explorados.

O objetivo fundamental, a longo prazo, do Partido dos Trabalhadores, é a construção do socialismo no Brasil. É claro que isso não vai acontecer de um dia para o outro. Por isso, o Partido dos Trabalhadores coloca a construção de uma sociedade sem explorados e sem exploradores mediante a socialização dos meios de produção como objetivo **a longo prazo**. Não é que não tenhamos pressa. A injustiça e a miséria que vitimam a maioria tornam esta tarefa urgente. Mas sabemos que transformações reais requerem lutas prolongadas e uma considerável **acumulação de vitórias**. Cada conquista na luta contra a opressão e a exploração abre perspectivas para novas lutas. É através deste processo que alcançaremos a democratização real no âmbito dos bairros e é isso que nos conduzirá ao socialismo. Este não será – porque não pode ser – resultado de uma política de governo

apenas. O Partido dos Trabalhadores não alimenta qualquer ilusão de que o Estado possa estabelecer o socialismo por decreto. O socialismo será o resultado das muitas lutas que trabalhadores, ao lado dos demais oprimidos – mulheres, negros, índios, deficientes físicos, velhos, homossexuais – forem travando e ganhando contra a opressão e a exploração.

Por isso, a estratégia da luta pelo socialismo tem de unir as muitas lutas parciais por objetivos imediatos e o objetivo final de construção de uma sociedade sem exploradores e explorados. Não tem sentido supor que conquistas que eliminem as formas mais cruas e desumanas de exploração acabem por ‘corrigir’ e ‘consolidar’ o capitalismo. Este raciocínio levaria à idéia de ‘quanto pior, melhor’, ou seja, que a revolução socialista é sempre obra de desesperados. A história das lutas do povo brasileiro ensina exatamente o contrário. As derrotas desmobilizam e a miséria desmoraliza. As vitórias, no entanto, reforçam a organização dos trabalhadores e encaminham sua luta a objetivos mais vastos. (...) ¹²⁴

Em meio a mais grave crise econômica no Brasil desde a crise de 1929, até aquele momento, o desemprego era identificado como um elemento característico do capitalismo, que se agravaria quando o ciclo de conjuntura estivesse em fase de crise ou recessão. O desemprego serviria para quebrar a resistência dos trabalhadores à recuperação de condições favoráveis ao capital, para que este volte a acumular com maior intensidade, iniciando novo ciclo de expansão. No caso brasileiro, a exigências dos credores internacionais resultariam na redução da atividade econômica para equilibrar a balança comercial e saldar os compromissos da dívida externa. Mas, além disso, o desemprego resultaria das iniciativas do governo federal, como a elevação da taxa de juros e a redução dos prazos de pagamento no crédito ao consumidor, a forte redução dos investimentos públicos e privados.

Para reduzir a dimensão do desemprego no Brasil, a jornada de trabalho deveria ser reduzida de 48 para 40 horas semanais (reivindicação conquistada nos demais países industrializados), sem redução de salário. Outra ação seria a estabilidade no emprego, mas não nos termos vigentes no passado. A estabilidade era vista como o

¹²⁴ Projeto de Programa Econômico do PT, Introdução, *Jornal dos Trabalhadores*, no. 1, outubro de 1982, suplemento especial, p. 3.

direito do assalariado permanecer no emprego, do qual ele só poderia ser afastado por “justa causa” individual (falta grave) ou econômica (caso a empresa comprove a necessidade de reduzir pessoal), ficando a justiça do trabalho como árbitro. Também com urgência deveria ser instituído o salário desemprego. Como medidas de curto prazo, para restabelecer o nível de emprego “normal”, o partido propunha: a) ampliação imediata dos serviços públicos – escolas, postos de saúde, creches, coleta de lixo, transporte coletivo – nos bairros operários e nas cidades-dormitórios, onde eram notoriamente deficientes; b) expansão, nas mesmas áreas, das redes de água e esgoto, de iluminação pública, de telefone, da pavimentação e do metrô; c) melhoria do abastecimento alimentar dos centros urbanos mediante construção de vias de transporte, silos, armazéns e entrepostos comerciais; d) ampliação do programa de construção de casas populares para famílias de baixa renda, cuja venda deveria ser subsidiada na proporção inversa à renda das famílias. Como medidas de médio prazo: a) aumento da ocupação na agricultura, com reforma agrária; b) controle do progresso técnico (que é visto como algo positivo) e amparo aos atingidos pelo desemprego tecnológico; c) programas de investimento público e privado visando absorver o exército industrial de reserva já existente e garantir emprego aos jovens que chegam ao mercado de trabalho. Com essas medidas o PT acreditava alcançar o pleno emprego em 4 ou 5 anos, com a criação de 2 milhões de empregos ao ano (sendo aproximadamente 1,3 milhão na cidade e 0,7 no campo).¹²⁵

Apesar de nas manifestações de rua militantes e lideranças do PT defenderem o não pagamento da dívida externa, a sua principal proposta era a renegociação global da dívida externa “para acertar prazos de amortização e taxas de juros compatíveis com o crescimento de nossa economia e satisfação de necessidades básicas de nosso povo”. De acordo com o projeto petista, tal renegociação teria três pressupostos: 1) que fosse conduzida por um Governo democrático, com verdadeiro respaldo popular; 2) que fosse implantada simultaneamente com uma política de reorientação industrial, com prioridades claramente definidas para o desenvolvimento de setores que produzem bens de consumo popular, que permitam a substituição de importações. O PT entendia ainda que o pagamento do serviço da

125 Projeto de Programa Econômico do PT, *Jornal dos Trabalhadores*, no. 1, outubro de 1982, suplemento especial.

dívida deveria ser feito com divisas obtidas sem a redução do consumo interno, mas através da geração de excedentes exportáveis obtidos pelo aumento da produção; 3) que fosse concertada com o conjunto de outros países que se encontravam em situação semelhante à do Brasil. O que, sem dúvida, poderia aumentar o poder de barganha de todos os endividados.¹²⁶

A tremenda desigualdade econômica que reina no Brasil – campeão mundial da concentração de renda – e que se espelha no luxuoso consumismo de uns poucos e na miséria absoluta de muitos decorre principalmente da propriedade capitalista dos meios de produção e de como os que detêm a grande propriedade – grupos estrangeiros e nacionais – exercem um enorme poder de influência sobre o Estado para obter vantagens e benefícios, reproduzindo-se e ampliando-se o mesmo sistema. Mas haveria também uma elevadíssima distorção entre os assalariados, entre os que recebiam acima de dez salários mínimos e os que receberiam menos, decorrente dos altíssimos salários de diretores, gerentes, administradores de empresas (privadas ou estatais) que fixariam seus próprios salários. Se a origem da desigualdade econômica está na propriedade capitalista dos meios de produção, só a socialização destes meios poderia eliminá-la bem como à desigualdade de remuneração. Como o socialismo só seria atingido no longo prazo, seriam necessárias medidas no curto prazo, como: a) fortalecimento do poder de barganha coletiva dos assalariados, através de uma nova estrutura sindical e legislação do trabalho que assegure autonomia e liberdade sindical, representação dos trabalhadores junto à direção das empresas, estabilidade no emprego, direito de greve, criação de uma central sindical; b) unificação do salário-mínimo nacional e fixação em valor que recupere, num primeiro momento, o maior valor histórico – entre 1959 e 1962 – com um reajuste de 55%, e, posteriormente, a recuperação do crescimento da renda per capita que teria crescido 154,5% entre 1959 e 1980; c) complemento do salário-mínimo com um salário-família correspondente a meio salário-mínimo por dependente; d) redução do período de reajuste da salário (de um ano para seis meses); e) formação de cooperativas e outros tipos de associações de camponeses

126 Projeto de Programa Econômico do PT, *Jornal dos Trabalhadores*, no. 1, outubro de 1982, suplemento especial.

e trabalhadores urbanos por conta própria para obter melhores preços para seus produtos e melhores condições para empréstimos bancários¹²⁷; f) eliminação das práticas discriminatórias contra mulheres, negros, jovens e velhos, homossexuais, etc, garantindo a igualdade de trabalho e remuneração; g) execução da reforma agrária, que assegure a posse da terra a quem a trabalha; h) extensão dos serviços públicos – escolas, postos de saúde, hospitais, redes de água e esgoto, transporte coletivo, iluminação, etc – às áreas habitadas pela classe trabalhadora.¹²⁸

Para o PT, a inflação seria essencialmente o resultado da disputa entre as classes sociais para manter ou aumentar a sua participação na renda nacional, mantendo o conflito distributivista fora da esfera política. Por essa razão as classes dominantes, para controlar a inflação, recorreriam normalmente ao arrocho salarial. Eliminar a inflação não seria possível no capitalismo, somente com a socialização dos meios de produção e o fim da disputa pela renda. As propostas imediatas, em contraposição à estratégia capitalista, eram: a) escala móvel de salário, com reajustes automáticos sempre que os preços atingissem uma alta de 10%; b) incentivo à produção e subsídio ao consumo popular essencial; c) expansão dos serviços públicos; d) isenção da cobrança das taxas de água e esgoto para as famílias de baixa renda; e) instituição do “passageiro” nos transportes urbanos (50% de desconto para desempregados e para quem ganhasse até 3 salários mínimos).¹²⁹

Os recursos necessários para viabilizar essas propostas deveriam surgir de uma profunda mudança no sistema fiscal brasileiro – “injusto, regressivo e concentrador”. Entre as medidas defendidas pelo PT para alterar o modelo fiscal destacam-se: 1) abolição gradativa dos impostos indiretos; 2) isenção a produtos de consumo essencial; 3) alíquota progressiva conforme o montante dos lucros; 4) extinção dos rendimentos não-tributáveis, com exceção daqueles originados do trabalho direto do declarante, como é o caso do FGTS; 5) tributação

¹²⁷ A lógica da proposta era que, na medida em que estes setores conseguissem melhores condições de vida, eles deixariam de pressionar o mercado de trabalho como desempregados virtuais, fortalecendo-se assim o poder de negociação dos assalariados. Projeto de Programa Econômico do PT, *Jornal dos Trabalhadores*, no. 1, outubro de 1982, suplemento especial.

¹²⁸ Projeto de Programa Econômico do PT, *Jornal dos Trabalhadores*, no. 1, outubro de 1982, suplemento especial.

¹²⁹ Projeto de Programa Econômico do PT, *Jornal dos Trabalhadores*, no. 1, outubro de 1982, suplemento especial.

adicional sobre a propriedade urbana sem uso; 6) adoção de imposto sobre solo criado; 7) novos impostos sobre grandes heranças e produtos de luxo.¹³⁰

O Brasil possuía antes da crise da dívida o 7º produto industrial do mundo capitalista (depois de EUA, Japão, Alemanha Ocidental, França, Itália e Grã-Bretanha), sendo aproximadamente o dobro de China e Índia, e uma renda per capita em 1980 de US\$ 2.000,00, mais que o dobro da média do “terceiro mundo”, US\$ 850,00. Apesar deste desenvolvimento, o Brasil continuava (e continua) dependente do “primeiro mundo” relativamente ao modelo do que produzir, a tecnologia de como produzir, e o financiamento para construir grandes unidades de produção. Para os economistas do PT, o “progresso” industrial brasileiro estaria baseado na produção de novos bens de consumo lançados no “primeiro mundo” e que seriam importados para o consumo das “elites” brasileiras. Em vez de priorizar o atendimento das necessidades básicas da maioria da população, o desenvolvimento se orientava para produtos com maior “demanda” no mercado, os “desejados” pelos 10% com renda mais elevada da população (que detinha mais da metade da renda nacional), produtos procedentes dos países do “primeiro mundo”, cujo estilo de vida a “elite” procura imitar. Como resultado, a economia brasileira tendia a expandir suas importações além da sua real capacidade de pagar. Devido às limitações da balança comercial brasileira, dadas pelo valor das exportações (o que os outros países estariam dispostos a comprar e pagar do Brasil), a indústria rapidamente substituiu as importações de bens de consumo por produção nacional, expandindo, por exemplo, a produção de automóveis, televisores coloridos, gravadores, máquinas fotográficas, lavadoras de roupa, de prato, e mil outras “bugingangas” – sempre em modelos novos, ostentando marcas internacionalmente famosas, que acarretam a importação de equipamentos, modelos, assistência técnica, matérias-primas e componentes. Essa seria a razão pela qual, apesar de toda a substituição de importações, a balança comercial brasileira tendia a se desequilibrar, com o valor das importações crescendo mais do que o das exportações. E, se não bastasse, a adoção desse modelo de desenvolvimento se

¹³⁰ Os autores calculavam que apenas a eliminação dos rendimentos não-tributáveis elevaria a arrecadação do imposto de renda em 68,6%. Projeto de Programa Econômico do PT, *Jornal dos Trabalhadores*, no. 1, outubro de 1982, suplemento especial.

completava com o domínio dos setores mais dinâmicos da indústria por empresas de capital estrangeiro – modelo dependente-associado. A burguesia nacional, com raras excessões, veria na associação ao grande capital internacional o único meio de se firmar no mercado interno e no mercado mundial, buscando a aquisição de modelos, tecnologia e financiamento para a produção de bens de consumo. Uma consequência é que no setor de bens de produção predominavam as multinacionais, produzindo em geral equipamentos mais simples, tecnologicamente obsoletos, apresentando uma produtividade mais baixa do que a dos países industrializados (1/4 da dos EUA e cerca da 1/2 da França e Alemanha). E, proporcionalmente, os salários no Brasil seriam ainda mais distantes dos níveis desses países: cerca de 1/7 dos EUA, quase 1/5 da Alemanha e 1/4 da França.

O Brasil estaria sendo bem sucedido no crescimento da venda de produtos manufaturados no exterior, não obstante seus limites, porque: 1º, o Estado cobria parte dos custos, e; 2º, os salários eram muito mais baixos do que nos países industrializados concorrentes. O Brasil representaria um importante mercado nacional a explorar e base importante de exportação para abastecer os mercados do “primeiro mundo”, e, ainda, uma base de exportação para mercados de países subdesenvolvidos.

A exploração imperialista do Brasil assumiria duas formas principais: a) a crescente remessa de rendimentos do capital estrangeiro sob a forma de lucros, juros, “royalties” (aluguel de patentes e marcas) e pagamento por assistência; b) a venda por preços subsidiados de produtos industrializados em troca da importação de bens cujos preços são fixados em condições monopolísticas, contendo um superlucro. As subsidiárias das multinacionais muitas vezes importam de suas matrizes ou companhias-irmãs produtos por preços (muito) maiores do que os vigentes no mercado. Remetem assim, clandestinamente, lucros que de outra maneira teriam que ser declarados e tributados.

O Brasil, como possuidor da maior economia do “terceiro mundo”, deveria assumir um papel central na luta contra o imperialismo, uma posição de liderança do movimento de unificação das reivindicações dos países não-desenvolvidos. O estreitamento das relações com outros países do “terceiro” e “segundo” mundos seria uma alternativa para diminuir a dependência em relação aos do “primeiro”, notadamente aos EUA. Um novo modelo de desenvolvimento deveria ter como prioridade a satisfação das

necessidades básicas da população, como produção de alimentos, roupas, material de construção de casas populares, material de transporte coletivo, remédios, etc. A situação das subsidiárias das multinacionais seria revista, passando o seu controle para os trabalhadores brasileiros, pois a mera transferência para a “burguesia nacional” não resolveria o problema (talvez agravasse, como a “nacionalização” do Projeto Jari, do empresário norte-americano Rubens Ludwig).

Desatrelar a economia brasileira dos centros industriais e financeiros mundiais para que ela atenda prioritariamente às necessidades dos trabalhadores pressupõe que a formulação das principais políticas econômicas saia de processos democráticos de decisão, com ampla participação popular. Inevitavelmente, as multinacionais opor-se-ão a este processo, pois ele tende a negar a sua razão de ser no país, qual seja a de servir de correia de transmissão entre as mudanças nas formas de consumo do 1º mundo e o estilo de vida das camadas ricas no Brasil. Desta oposição entre as necessidades da maioria do povo e os propósitos do capital internacional resultarão as bases de um novo relacionamento entre um poder estatal a serviço dos trabalhadores e as multinacionais. As que se envolverem politicamente contra a luta de libertação dos trabalhadores, como muitas o fizeram no passado, serão expropriadas. As que se dispuserem a colaborar com um processo de desenvolvimento socialista – e esta hipótese não pode ser descartada de antemão – terão sua presença no país reformulada em função das prioridades daquele processo.”¹³¹

Desde 1974 os países capitalistas entraram numa fase de crescimento econômico lento, freqüentemente interrompido por recessões. O início dessa fase coincidiria com a “1ª crise do petróleo”, “detonadora” da crise econômica e não causa. As causas fundamentais dessa crise, sobretudo nas principais economias capitalistas, estariam ligadas à intensificação da luta de classes, que acarretou a queda da taxa média de lucro e aceleração da inflação, além das dificuldades decorrentes da desorganização do sistema internacional de pagamentos, a partir do agravamento da “crise do dólar” e o abandono da sua convertibilidade pelo governo americano em 1971. A crise derivaria, pois, da necessidade de se restabelecer a lucratividade dos capitais à custa dos trabalhadores, o que se procurava fazer mediante

¹³¹ Projeto de Programa Econômico do PT, *Jornal dos Trabalhadores*, no. 1, outubro de 1982, suplemento especial, p. 15.

forte expansão do desemprego, e retirada de direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados; e da incapacidade dos governos de coordenarem suas políticas econômicas no plano mundial.

Outro aspecto da crise econômica foi a reação dos países desenvolvidos à “crise do petróleo”, que consistiu na redução do consumo de derivados de petróleo (mais fácil sem crescimento econômico) e no esforço de aumentar as exportações, sobretudo aos países da OPEP, todos não-industrializados e que tiveram que utilizar grande parte de seus “petrodólares” para pagar essas importações. O peso maior, portanto, recaiu sobre os países importadores de petróleo do 2º e 3º mundos, como o Brasil. Sem equilibrar suas contas externas, apesar do crescimento de suas exportações de bens industriais, o Brasil passou, a partir de 1974, a tomar empréstimos em valor cada vez maior dos banqueiros internacionais, cujos fundos provinham, em grande parte, dos excedentes de “petrodólares”. Com juros relativamente “baixos”, porém flutuantes, os recursos externos visavam não só o pagamento da “conta petróleo” mas financiar o ambicioso II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) – com projetos grandiosos como o Programa Nuclear e o Projeto Carajás -, e também para o pagamento de parcelas que vencem e juros da própria dívida externa.

Há dois grandes “saltos” na dívida externa brasileira: o ano de 1975 e o triênio 1979/80/81. No primeiro caso, como consequência da 1ª crise do petróleo, os juros absorviam 8,2% da receita das exportações em 1974 e 17,3% em 1975. A participação dos serviços da dívida no déficit em conta corrente era de 29% em 1974 e subiu para 41% em 1975, sendo o restante a aquisição de bens e serviços do resto do mundo. No segundo período, como resultado da 2ª crise do petróleo e da elevação da taxa de juros dos EUA, o pagamento de juros correspondia a 27,5% em 1979, 31,3% em 1980 e 37% em 1981 da receita das exportações. Enquanto que o déficit em conta corrente teve a participação dos serviços da dívida em 62%, em 1979, 66% em 1980, e 89% em 1981.

A dinâmica da dívida externa brasileira estava centrada em si mesma, colocando um problema extremamente grave: mesmo com o aumento das exportações, e, principalmente, a redução das importações, obtendo um superávit na balança comercial, a dívida continuava a crescer. E, a política do governo, com altíssimos custos para a população brasileira, não resolvia o problema, pois a recessão

nos países desenvolvidos impunha uma queda nas exportações e forçava o país a entrar também em recessão. A redução da atividade econômica aumentava o desemprego, mas não era o bastante para o “ajuste” macroeconômico, agravando os desequilíbrios internos e seus efeitos, como a inflação, que subia em saltos para novos patamares mais elevados.

Mas a postura de um governo socialista não deveria ser isolar-se da comunidade internacional, ou relacionar-se apenas com os países não-desenvolvidos. Percebia-se a necessidade de, mesmo com a implantação do socialismo, conviver com o capitalismo, negociando e procurando aproveitar possíveis “brechas” e contradições.

Seria um erro supor que os trabalhadores, constituídos em força hegemônica da nação, nada teriam a ganhar em se relacionar com as potências que até o momento praticamente monopolizam a criação de nova tecnologia. Para que possa superar o atraso econômico, é indispensável que o Brasil socialista do futuro tenha acesso à tecnologia mais avançada. Este acesso terá que ser negociado com quem a possui, como hoje já o fazem todos os países, inclusive os que romperam com o imperialismo e expropriaram as firmas estrangeiras. O Partido dos Trabalhadores encara com toda a seriedade esta eventualidade, advertindo os capitais multinacionais que aqui se encontram que seu destino dependerá das atitudes que assumirem face às lutas dos trabalhadores. Se estas atitudes forem as de um inimigo, como quase sempre foram no passado, os trabalhadores se verão na contingência de expulsá-los do país, vindo a negociar com outros, que atualmente não estão implantados no Brasil.”¹³²

A concepção de Estado dos economistas do PT, assumida pelo partido, estava assentada na análise de que o poder público deveria ser responsável por todas as atividades que fossem essenciais ao bem-estar da coletividade e de seus membros. Tratava-se, pois, da “publicização” ou “desprivatização” do Estado brasileiro. Os serviços prestados pelo Estado, que deveriam estar voltados para o interesse público, teriam sido “mercantilizados”, pondo em risco a vida ou a integridade física ou moral dos que formariam as parcelas desprivilegiadas da população. Assim, a educação de 1º, 2º e 3º graus, a saúde (preventiva e curativa), o transporte coletivo (ônibus, trem e

132 Projeto de Programa Econômico do PT, *Jornal dos Trabalhadores*, no. 1, outubro de 1982, suplemento especial, p. 15.

metrô), o abastecimento de água e esgotos, deveriam ser de inteira responsabilidade do Estado para garantir o acesso efetivo à todos, de forma gratuita e com qualidade.

Na administração local, o Estado deveria impedir a especulação imobiliária, os loteamentos irregulares e o financiamento de serviços públicos para as camadas capazes de pagar aluguéis ou preços elevados pelo solo urbano nas áreas mais valorizadas, justamente por contarem com escolas, hospitais, transporte coletivo, água, esgoto, ruas calçadas e iluminadas, praças, etc. O Estado deveria se encarregar da urbanização do solo como passo inicial para a coletivização do solo urbano, assegurando a permanência da população mais pobre em seus locais de residência (áreas de favelas, mocambos ou invasões), oferecendo os serviços públicos que necessitam. Projetos habitacionais deveriam ser realizados em áreas de especulação imobiliária – mediante expropriação das mesmas – para assentar a população carente de condições adequadas de moradia e serviços. Ao invés de financiar o consumo de habitação, o setor público deveria produzir as moradias necessárias.

No campo da previdência social, o Estado teria se limitado ao papel de “segurador”, arrecadando contribuições e distribuindo benefícios, sem aportar recursos propriamente públicos ao sistema, capazes de fazê-lo atingir também a população marginalizada da economia de mercado. Ao contrário, o sistema previdenciário deveria servir de instrumento de redistribuição da renda, assegurando a cada família, incapaz de prover o seu sustento, recursos complementares que proporcionem uma renda mínima de um salário-mínimo mais meio salário-mínimo por dependente. Os recursos necessários seriam obtidos com a elevação da contribuição de empregadores e empregados (acima de 20 salários-mínimos) e de outros impostos arrecadados pelo Estado.

Na medida em que o PT defendia a ampliação do setor público, tendo em vista atender as necessidades básicas do conjunto da população, também defendia uma diminuição dos gastos públicos “desnecessários”. Para tanto, o partido propunha, em primeiro lugar, o restabelecimento da prerrogativa do Legislativo, que representaria diretamente a população, de determinar em última instância a composição do gasto público. Como segundo passo, a participação das organizações representativas dos trabalhadores, por local de

emprego e de moradia, na elaboração das propostas orçamentárias. Deveria se garantir uma crescente participação popular nas decisões a respeito do destino do dinheiro que o Estado arrecada.

O PT propunha o combate ao empreguismo e à corrupção mediante o ingresso no serviço público apenas por concurso público e o controle popular de todos os órgãos governamentais, fossem eles ministérios, autarquias, prefeituras, empresas do Estado ou mistas. A única maneira de evitar estas práticas seria a representação direta de funcionários do mesmo órgão e seus clientes junto à direção. Por exemplo, o controle popular de uma universidade deveria ser exercido por representantes de alunos, funcionários e professores; num hospital, por representantes de pacientes, médicos e demais funcionários; no Ministério da Previdência, por representantes dos empregados, empregadores e dos funcionários. A escolha democrática dos representantes e o controle de sua atuação pelos representados garantiriam a sua incorruptibilidade. O montante assim economizado, incalculável, no combate ao empreguismo, corrupção e desperdício, engrossaria os recursos para diminuir os problemas da maioria carente da população.

Sobre esse ponto, cabe destacar o longo – e ardoroso – debate suscitado por esse projeto de controle popular. Os jornais enfatizavam o papel dos “contribuintes”, introduzindo uma dimensão de propriedade que deveria qualificar a participação na gestão da coisa pública. Visando ainda esvaziar a construção de formas de participação direta, retornavam a noção dos “representantes do conjunto da sociedade”, cuja representatividade teria sido assegurada através de eleições... Se, de fato, algumas fórmulas de participação propostas pelo PT corriam o risco de tornarem-se corporativas, reduzindo o aspecto universal da questão do público, o grosso do debate, entretanto estava voltado para o cerceamento da participação direta.

O Estado arrecada os recursos de que se utiliza basicamente através da cobrança de impostos e taxas, formando o sistema fiscal do país. Os impostos são pagos por todos à medida em que auferem renda, possuem propriedades ou adquirem mercadorias. As taxas são pagamentos por serviços prestados pelo Estado. O Estado ainda tem receitas provenientes dos lucros das empresas de que é proprietário. Haveria dois aspectos cruciais que caracterizariam o sistema fiscal: 1) a sua justiça; e 2) sua eficiência. A grosso modo, o sistema seria

mais justo quanto mais ele tributa os ricos e menos os pobres, e mais eficiente quanto menos ele gasta em relação ao que ele arrecada. A proposta petista de reforma fiscal pretendia tornar o sistema mais justo e eficiente.

Para que um imposto pudesse ser justo ele deveria corresponder à capacidade tributária de cada empresa e família, isto é, ser distribuído entre os contribuintes de tal maneira que aqueles que tivessem maior renda face às suas necessidades, consideradas legítimas, pagassem mais ao fisco. Isso só poderia ocorrer com os impostos diretos, isto é, cobrados sobre a renda e a propriedade. Os impostos indiretos, que incidem sobre as transações, são arrecadados pelas empresas mas quem os paga são os consumidores, o que agrava a situação para os de menor renda, que, proporcionalmente, pagam mais.

Pesquisas demonstravam que os pobres transferiam (e transferem) ao governo, através do IPI (Imposto sobre Produção Industrial) e do ICM (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias), uma parcela bem maior de sua renda que os ricos, tendo, portanto, o imposto uma forma regressiva. Assim, no Rio de Janeiro, as famílias com despesa mensal de até um salário mínimo pagavam 13,8% da mesma através dos produtos que adquirem, parcela que caía para 10,5% para as famílias que despendiam de 7 a 10 salários mínimos e para 7,5% para as que despendiam mais de 30 salários mínimos.¹³³

O ICM era cobrado de forma linear, com uma alíquota única sobre todas as mercadorias, e era a principal fonte de arrecadação dos estados. O IPI era cobrado de forma diferenciada, nem sempre com critérios claros, sem considerar a disparidade entre produtos de maior necessidade e supérfluos ou de luxo. Dessa forma, por exemplo, em 1982 o cigarro recebia a alíquota de 365,6% (a mais alta e para todas as marcas), a cerveja 72%, champanhe 66%, automóveis em 30% e 35%, lanchas 35%, colar de pérolas 5% e, tecido de seda, isento de IPI.

Além do Imposto de Renda, do IPI, do ICM, existiam dezenas de outros impostos e taxas, arrecadados por municípios, estados e união, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto Territorial Rural (ITR), Imposto Sobre Serviço (ISS), Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), impostos de importação, de exportação, de etc. e etc. Todavia, para as empresas e grandes fortunas particulares havia (e ainda há) toda uma sorte de isenções fiscais,

¹³³ João Sabóia e Dirceu M. Guazzi, *Folha de São Paulo*, 17 de fevereiro de 1980.

onde, por exemplo, a título de incentivo ao investimento, grande parte dos ganhos de capital simplesmente não era taxada pelo imposto de renda.

Os pontos principais da reforma fiscal defendida pelo PT eram:

a) gradativa abolição dos impostos indiretos (exceto o IOF e do comércio externo), isentando dos mesmos os bens e serviços de consumo popular. O fim dos impostos indiretos visaria acabar também com a sonegação das empresas posto que como o recolhimento desses ficavam a seu cargo, muitas não repassavam para o erário público, reduzindo seus preços e induzindo concorrentes a fazer o mesmo. A isenção dos produtos de consumo popular deveria ser implantada com um controle rigoroso de preços e a perda de receita seria compensada pelo aumento das alíquotas dos produtos considerados supérfluos e de luxo;

b) reestruturação do Imposto de Renda visando:

1. eliminar as isenções que beneficiassem as pessoas jurídicas (empresas), rever os critérios de cálculo dos lucros e introduzir alíquotas crescentes conforme o lucro líquido de modo a aumentar a tributação das grandes empresas e reduzir a das pequenas;

2. eliminar da rubrica de “rendimentos não tributáveis” das pessoas físicas os que provêm da propriedade e os incentivos fiscais para os de alta renda; as alíquotas deveriam ser revistas de modo a elevar a sua progressividade, aumentando a taxação dos maiores rendimentos, diminuindo a dos médios e os baixos totalmente isentos;

3. aperfeiçoar o recolhimento na fonte, que deveria atingir não só os rendimentos do trabalho mas sobretudo os da propriedade: lucros, dividendos, bonificações, aluguéis e juros;

c) reformular os impostos sobre a propriedade imobiliária urbana e rural, taxando mais a que é mantida sem uso, quase sempre com fins especulativos; adotar um imposto sobre “solo criado”, isto é, sobre a multiplicação de áreas construídas mediante edificações de múltiplos andares;

d) criar novos impostos sobre heranças de grande valor e sobre consumo de luxo: viagens de turismo, residências de campo ou de praia, carros de passageiros, etc.;

e) rever as alíquotas do Imposto sobre Importações visando a elevação das que gravam produtos de luxo e os que já são produzidos no país;

f) unificar e simplificar a arrecadação, a qual deveria ficar inteiramente a cargo da União;

g) estabelecer regras legais e objetivas, fiscalizadas pelo Poder Judiciário, de repartição da receita fiscal entre União, estados e municípios em função do custo das atividades sob a responsabilidade de cada nível de poder (descentralização);

h) transferir automaticamente parte da receita dos estados e municípios

mais ricos para os mais pobres para garantir a mesma quantidade e qualidade de serviços públicos a cada família em todo o Brasil.¹³⁴

As propostas, sem serem detalhadas, configuravam uma referência ao menos da intenção do PT de alterar a lógica do sistema tributário, uma Reforma Tributária com elementos de racionalização, simplificação, centralização e distribuição de renda. O princípio distributivista seria aplicado tanto para os cidadãos mais pobres, como para os entes mais pobres da federação.

Como última parte do programa econômico, a Reforma Agrária simbolizava o caráter político das profundas transformações econômicas propostas pelo PT e reivindicadas pelos trabalhadores organizados no campo e na cidade.

O PT entende que a Reforma Agrária é mais uma questão política do que uma questão econômica. Isso porque, em 1º lugar, nada acontece na atual agricultura no Brasil sem que o Estado entre em cena com a política de crédito, tributos e isenções, comercialização, assistência técnica, regulamentação de preços ou, por outro lado, com o cerceamento da liberdade de organização e luta dos trabalhadores, através do atrelamento dos sindicatos ou da repressão policial direta e uso da Lei de Segurança Nacional.

Mais importante que isso, a Reforma Agrária é uma questão política, porque interessa a toda a sociedade e porque sua efetivação e o grau de aprofundamento que atinja depende da correlação de forças entre as classes sociais do país. E porque, como medida econômica, tem o poder de mudar essa correlação, alterando em profundidade o quadro político que expressa tal relação. A Reforma Agrária é hoje no Brasil somente uma reivindicação dos setores populares. Não é mais uma reivindicação do desenvolvimento do capitalismo e sim um questionamento da forma que tomou esse desenvolvimento. Apesar de ser possível se alcançar maior produção agrícola como resultado da Reforma Agrária, não é este seu objetivo principal. Hoje ela visa, fundamentalmente, a apropriação, pelos trabalhadores rurais dos frutos de seu trabalho.

Para o PT, a Reforma Agrária significa dar o direito integral dos benefícios da terra a quem a trabalha, a quem a cultiva. Não significa retalhar a terra e dar um lote para cada família plantar. Significa desencadear todo um processo de modificação da estrutura agrária do país, com vistas a uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola, como

¹³⁴ Projeto de Programa Econômico do PT, *Jornal dos Trabalhadores*, no. 1, outubro de 1982, suplemento especial, p. 18 e 19.

passo de um programa de crescimento econômico centrado na perspectiva de atender aos interesses das classes trabalhadoras. Trata-se, portanto, de uma redistribuição da renda, do poder e dos direitos, a favor dos trabalhadores.”¹³⁵

Por “trabalhadores do campo” o PT entendia não só os assalariados, como também os posseiros, arrendatários, parceiros e pequenos proprietários. Eles reuniriam as melhores condições para considerar a diversidade de condições de produção nas diferentes áreas e culturas e eleger as propostas específicas adequadas a cada particularidade regional. O que o PT pretende, então, seria apenas destacar alguns pontos para o debate, partindo das resoluções da 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (1ª CONCLAT), em agosto de 1981. Em suas resoluções se exigia uma Reforma Agrária: 1) ampla – que fosse implantada em todo o território nacional; 2) massiva – que desse acesso à terra a milhões de famílias sem terra ou com pouca terra; 3) imediata – que se iniciasse imediatamente e estabelecesse um programa com metas a serem atingidas; 4) com participação dos trabalhadores rurais em todas as fases de elaboração e execução do programa.¹³⁶

A luta pela posse e uso da terra no Brasil constituiria a principal reivindicação dos trabalhadores rurais. Mas seu interesse seria em ter a terra como meio de produção, como fonte de sobrevivência, para trabalhar, e não para especular e vender, não como propriedade capitalista. Para os trabalhadores da cidade, o interesse residiria no aumento da oferta e redução de preços de alimentos e a diminuição do exército industrial de reserva, formado pela mão de obra expulsa do campo. Assim, a Reforma Agrária seria uma bandeira que unificaria todos os trabalhadores, uma luta pela superação das contradições que existem na sociedade com vistas a uma nova organização social, onde os trabalhadores tenham direito ao resultado da sua produção. O PT concebia a Reforma Agrária como o conjunto de transformações que, aplicáveis a curto e médio prazo, alteraria a correlação de forças entre as classes sociais brasileiras, concorrendo para o fortalecimento político e organizativo dos trabalhadores rurais

¹³⁵ Projeto de Programa Econômico do PT, *Jornal dos Trabalhadores*, no. 1, outubro de 1982, suplemento especial, p. 20.

¹³⁶ Idem.

e, a longo prazo, para a socialização dos meios de produção no campo, juntamente com a socialização dos meios de produção industrial.¹³⁷

A proposta não incluía uma partilha indiscriminada das terras porque o PT admitia que o estágio de desenvolvimento do capitalismo no campo desde a década de 1970 implicava na existência de culturas onde a divisão de terras não seria recomendável, fosse devido ao uso já intenso de mecanização, fosse por outra razão técnica ou natural. Seria o caso da cana-de-açúcar, por exemplo, onde a repartição da terra significaria uma involução no nível da racionalidade e produtividade, considerando o nível ali atingido pela divisão do trabalho. O que já não seria o caso dos latifúndios baseados no trabalho familiar de agregados, colonos, parceiros e pequenos arrendatários, onde a divisão da terra tenderia a impulsionar a produção. A lógica seria o fim do latifúndio e da especulação com a propriedade agrária.

Embora o PT considerasse que o ponto de partida para a transformação que os trabalhadores devem imprimir à agricultura brasileira fosse a redistribuição de terras, ela não se esgotaria nesse ponto. Primeiro, porque o desenvolvimento do capitalismo no campo gerou um processo de assalariamento que, em algumas áreas rurais, estaria tão consolidado que os trabalhadores seriam caracterizados como proletariado rural, cujas aspirações específicas se distinguiriam cada vez mais daquelas que seriam próprias de posseiros, arrendatários, parceiros e pequenos proprietários, bem como daqueles contingentes gigantescos de trabalhadores submetidos ao assalariamento irregular (ou até à escravidão) como bóias-frias, volantes, peões da Amazônia, etc. Segundo, compreendia-se que a questão agrária seria sobretudo política, tornando indispensável a inclusão de outras importantes bandeiras, que se referem a reivindicações mais específicas dos trabalhadores do campo. Estas se dividem em três grupos: direitos do trabalho, produção e distribuição, e terras.

Sobre os direitos, defendia-se a extensão a todos os trabalhadores rurais das conquistas trabalhistas e previdenciárias asseguradas aos trabalhadores urbanos, salário mínimo real e unificado, proibição do desconto de prestações não monetárias (moradia, alimentação, barracão, etc.), contrato coletivo de trabalho (acima de 5 empregados), estabilidade no emprego, regulamentação do contrato temporário e pagamento de todos os direitos (horas extras, repouso semanal, etc.).

¹³⁷ Idem.

Exigência de contrato permanente sempre que se tratar de empresas rurais, pagamento de insalubridade e periculosidade e uso de equipamentos de proteção quando do manuseio de defensivos e inseticidas. Direito de greve, liberdade e autonomia sindicais, desvinculação do sindicato do FUNRURAL, proibição de transporte de trabalhadores em carroceria de caminhão e trator, proibição de locação de mão-de-obra e extinção da figura do “gato”.¹³⁸

Para a produção e distribuição, propunha-se a reordenação de toda a política de crédito rural, com juros baixos, prazos longos e sem burocracia, com prioridade para os empreendimentos familiares, às unidades que assegurem crescimento e estabilidade no emprego e às que se responsabilizam pela produção de alimentos e abastecimento interno. Dispensa de título de propriedade ou aval do proprietário (carta de anuência) para efeito de concessão de empréstimos, que seriam garantidos apenas pela safra ou resultado da exploração animal. Garantia de preços mínimos, reajustados trimestralmente e aquisição da produção pelo governo. Eliminação dos impostos sobre a produção, especialmente ICM na fonte para produtos de consumo popular. Eliminação da espoliação imposta aos pequenos produtores por parte das grandes indústrias de alimentos, dos grandes supermercados e todos os agentes capitalistas, através da cooperativização dos pequenos produtores, com recursos e incentivos para armazenamento, estocagem, industrialização e comercialização da produção das cooperativas, e através do desenvolvimento de estruturas públicas de armazenagem, transportes, informações e comercialização controladas por representantes dos produtores e dos consumidores.¹³⁹

Quanto a distribuição de terras, previa-se a reformulação do Estatuto da Terra, mantendo-se as conquistas, mas enfatizando a desapropriação como meta permanente e não como recurso para casos de tensão social. Interrupção imediata da cessão de terras públicas ao grande capital, titulação geral das terras devolutas já ocupadas por trabalhadores rurais, reconhecimento de seus direitos sobre elas e redução drástica do prazo de usucapião. Em caso de desapropriação por motivo de utilidade pública, além da indenização após colheita da safra, garantia de reassentamento em terras com as mesmas condições de fertilidade e na mesma região, no caso de hidrelétricas “terra por

¹³⁸ Idem, p. 21.

¹³⁹ Idem.

terra na margem do lago”. Fim dos projetos de colonização por empresas particulares. Amplo programa de eletrificação rural, irrigação e multiplicação de pequenas barragens (nas áreas de seca), com aproveitamento dos açudes para desenvolvimento da piscicultura. Programas de drenagens nas áreas alagadiças e desenvolvimento da pesca mediante projetos essencialmente cooperativos. Conservação das estradas rurais, mas prioridade para as hidrovias e ferrovias para o escoamento das safras. Punição rigorosa para todo tipo de grilagem, fim da violência policial e militar e proibição de qualquer tipo de força militar de empresas, apuração rigorosa dos casos de violência.¹⁴⁰

Internamente, o Programa Econômico do PT em 1982 receberia várias críticas. Apresento a seguir duas das mais significativas. De um lado, setores que buscavam um projeto que recuperasse abertamente os valores humanistas no processo de construção do socialismo e superação do capitalismo, tendo como referência um marxismo influenciado por Lukács:

“(…)Os fundadores e consolidadores do PT ousaram optar. Já, o projeto, a meu ver, opta por não ousar. Guardadas as devidas proporções, ele é tão tecnocrático, nos instrumentos que usa, quanto os tecnocratas que critica, não obstante a competência profissional e o petismo indiscutível dos seus autores. Parece-me um projeto econômico no sentido tradicional. Limitando-se, de um lado, ao curto e médio e, de outro, às vagas afirmações socialistas sobre o futuro, alinha-se, no essencial, com o PMDB e/ou PDT na defesa do modelo ‘redistribuidor de renda e de aumento do mercado interno’ em contraposição ao modelo ‘concentrador de exportação’ do atual regime, como se esta alternativa se esgotasse em si mesma. O projeto parece esquecer que, como complemento, deveria sobrepor expressamente ao tipo de modelo também ‘desenvolvimentista’, que assume implicitamente, um outro modelo econômico de tipo ‘humanista’. (...)”

“Sempre dizemos que o PT nasceu e se desenvolveu como algo ‘diferente’. O mínimo que se poderia esperar de um projeto econômico do PT é que, desde já, acenasse para um futuro econômico também diferente da sociedade. Ou seja, um futuro no qual a produção fosse purgada dos seus atuais contextos de robotização e desumanização e o consumo de todo dia se libertasse da escravização às necessidades artificialmente criadas na escalada infernal do progresso pelo progresso. Falar nisso agora parece sonho e, portanto, inócuo. Mas todos sabemos que os germes do futuro estão no presente. Falar agora em mudar a qualidade de vida, é, desde já, debater com o trabalhador a falsidade, a artificialidade, a selvageria e a

¹⁴⁰ Idem.

crueledade das formas atuais da sua situação na produção, no consumo e no lazer. Qualidade de vida, portanto, vista não como um mero 'ecologismo' ingênuo e simplório mas sim como a humanização global do homem. Um homem novo de uma nova sociedade. Um homem desalienado, com sólidos laços com a natureza.

“Infelizmente, o projeto nem insinua como começar a mudar o modelo econômico consumista que aí está. É preciso, a meu ver, tentar ser diferente e imaginativo também na maneira de pensar a 'coisa econômica'. É insuficiente afirmar que não desejamos agora gerir o capitalismo. Não desejamos, isto sim, nem hoje nem amanhã, a co-gestão ou mesmo a direção de um modelo consumista qualquer.

“Acabar com a exploração do homem pelo homem é a 1ª tarefa revolucionária mas ela não basta. Ela tem que ser complementada pela tarefa, também revolucionária, da mudança da qualidade de vida. É preciso ir desde já iniciando o processo para que o trabalhador possa amanhã, seja o regime político no qual se encontre, voltar a ter relação direta e significativa com o produto de seu trabalho, e que seu consumo venha a atender suas reais necessidades humanas. É preciso desde já lutar pela autonomia na produção e pelo desmascaramento do consumismo. É preciso desde já desenvolver o lazer criativo. Isto tudo, sem abdicar, evidentemente, das lutas por medidas concretas imediatas visando atenuar desde já a abjeta miséria resultante da exploração obscena do homem pelo homem. O agora e o amanhã. (...)”¹⁴¹

Outra vertente criticaria a ausência de um projeto socialista e revolucionário, questionando a pertinência de sua análise global. A oposição ao documento teria como matriz a interpretação marxista-leninista-trotskista e o identificaria como um projeto de “socialismo burguês”, que não ultrapassaria os marcos do modo de produção capitalista:

O documento 'PT e a Economia' pode ser criticado a partir de vários ângulos. Por esta razão, em lugar de partir de algum capítulo ou problema em particular é necessário, antes de mais nada, destacar o eixo político que dá sentido ao documento. Este eixo está presente na 'Introdução' que contraditoriamente é o capítulo mais breve de todos. Esta brevidade, no entanto, é suficiente para mostrar a concepção burguesa com a qual se elaborou um documento que se apresenta como essencial 'do ponto de vista dos trabalhadores'. Isto deve ser esclarecido cabalmente. Aqui, apenas tocamos nos pontos que estão desenvolvidos em outro documento que estamos elaborando.

¹⁴¹ “Será suficiente o projeto econômico?” Maurício Segall [se auto intitula “militante de base”, e só] *Jornal dos Trabalhadores*, Ano I, no. 15, 22 de outubro de 1982, p. 6.

“Na Introdução citada o documento coloca que o socialismo é um objetivo de um ‘processo de democratização’ a partir de cada local de trabalho, de cada escola, de cada hospital, etc... Esta é a chave da questão e é o que dá sentido a frases tais como ‘o socialismo não será instalado por decreto’, nem será fruto de uma ‘política de governo’, etc... O Estado, o poder, como aparelho de dominação centralizado da burguesia que precisa ser destruído já não existe mais. Existem ‘poderes’, em cada local de trabalho, em cada escola, em cada hospital, etc., que serão conquistados progressivamente e como fruto de um ‘processo’, através da ‘acumulação de vitórias’; isto nos conduziria ‘a longo prazo’ ao socialismo. A questão do ‘longo prazo’ não faz mais do que confundir porque, em qualquer prazo, o que se coloca aqui não tem nada que ver com o socialismo. Para se chegar ao socialismo o Estado burguês precisa ser destruído (enquanto que o estado operário extingui-se-á no curso do processo histórico de desenvolvimento das forças produtivas e da revolução internacional). Os autores do documento ‘extinguiram’ o conceito de estado burguês e, por isso, a revolução nem sequer aparece como um problema. O socialismo não pode ser imposto por ‘decreto’, ou por uma ‘política de governo’, porque como modo de produção só pode surgir de um amplo desenvolvimento das forças materiais da produção a partir da industrialização capitalista a nível mundial. Não obstante, quando o documento diz que o socialismo não virá ‘por decreto’, o que questiona não é isto e sim a revolução propriamente dita. “A única vez que menciona a ‘revolução socialista’, na introdução do documento, é justamente para negá-la, uma vez que não será obra de um movimento gigantesco das massas (...)

“É claro que uma crítica ao documento sobre o PT e a Economia não deve se limitar a opor abstratamente o “socialismo operário” ao ‘socialismo burguês’ que os autores do documento pregam, particularmente nesse momento quando atravessamos uma crise econômica sem precedentes. É preciso mostrar como esta crise coloca objetivamente a alternativa de uma maior expropriação dos grupos mais parasitários do capital – os grandes monopólios – da ruptura com o imperialismo. Neste sentido é ao ‘curto prazo’ e à catástrofe que ameaça os explorados que tampouco o documento dá resposta, o que indica justamente sua inutilidade ‘do ponto de vista dos trabalhadores’. (...)”¹⁴²

¹⁴² “Uma crítica ao Projeto Econômico” Luís Valdo Leonel (Jornalista e militante do Núcleo Catão-Lapa do Partido dos Trabalhadores). O presente artigo é resultado de uma discussão do Núcleo Catão-Lapa do PT. *Jornal dos Trabalhadores*, Ano I, no. 20, 20 de março a 14 de abril de 1982, p. 5.

Para além dessas críticas...

A questão sobre a representação dos trabalhadores está relacionada com a luta de classes. De maneira simplista, a sociedade era dividida em “exploradores e explorados”, aqueles que controlavam os meios de produção e os que vendiam a sua força de trabalho. Dessa forma a “classe trabalhadora” era definida como o conjunto de trabalhadores assalariados e, no limite, todos aqueles que não fossem burgueses. O PT seria o portador da verdadeira consciência e intérprete dos interesses reais da classe trabalhadora brasileira. As questões de acesso ao poder e da representação dos trabalhadores apareciam combinadas em uma palavra de ordem do partido na eleição : “Trabalhador vota em trabalhador”. Contudo, a diferença que se pretendia delimitar claramente entre o PT e os demais partidos era assinalada no *slogan* “Vote no 3: o resto é burguês”.¹⁴³

As linhas gerais da estratégia petista para as eleições de 1982 foram expressas na Carta Eleitoral, aprovada na Pré-Convenção Nacional de 27 e 28 de março de 1982, em São Paulo, com a participação de mais de quatrocentos delegados municipais e estaduais. Nesse documento fica claro o objetivo de cumprir as exigências legais para o reconhecimento do partido, conquistando no mínimo 5% dos votos para a Câmara dos Deputados e 3% dos votos em pelo menos nove estados. Também exprime a vontade de ganhar, pretendendo eleger um grande número de deputados federais e estaduais, vereadores e alguns prefeitos. Além disso, contava com a campanha eleitoral para fortalecer a organização interna, aumentando a filiação e a nucleação, e expandir o partido. Mas, ao mesmo tempo, destaca-se a ressalva de que as eleições significariam

(...) apenas um episódio, um momento definido de nossa atividade política permanente, em busca do objetivo final que é construir uma sociedade socialista, sem explorados e exploradores. Nossa participação no processo eleitoral não pode servir, portanto, para desviar o partido de seus objetivos programáticos.¹⁴⁴

¹⁴³ Esse *slogan* fazia alusão ao número do PT na eleição de 1982, após sorteio do TRE.

Rachel Meneguello afirma que o *slogan* era, inicialmente, “Vote no 3. O resto é passado”, e fora alterado à pedido de grupos anteriormente ligados ao MDB. Essa observação se encontra em Meneguello, Rachel, op. Cit., p.115.

¹⁴⁴ Carta Eleitoral do Partido dos Trabalhadores, in: *Jornal dos Trabalhadores*, n.2, 1ª quinzena de abril de 1982, suplemento especial, p.3.

Se tal afirmação não representa uma contradição, todavia demonstra que o PT priorizava os “objetivos finais” ou programáticos, como o socialismo, ou uma sociedade sem “explorados e exploradores”. Mesmo que isto fosse uma grande indefinição para a atividade partidária, misturando objetivos de curto e longo prazo, não há equívoco em dizer que, oficialmente, a campanha eleitoral era vista como um instrumento para divulgação e organização do partido. Dessa forma os seus mais importantes objetivos naquela eleição eram:

- 1 – Levar o programa do PT aos trabalhadores, usando a campanha eleitoral para dar continuidade às lutas sociais e para aumentar a organização e consciência política do povo, tarefas estas que servirão para ampliar a consolidação do PT.
- 2 – Constituir-se na expressão partidária que aglutine os trabalhadores numa proposta que represente, na luta contra a ditadura, os interesses e as reivindicações do movimento operário e popular. Além disso, visa a fortalecer uma alternativa política diferenciada da oposição liberal burguesa, colocando a questão do poder político do ponto de vista dos trabalhadores.
- 3 – Participar da campanha eleitoral lado a lado com as organizações operárias e populares (sindicatos, UNE, associações de moradores, etc.) e para isso assumir todas as reivindicações hoje postas pelas massas em luta.
- 4 – Impor uma derrota eleitoral à ditadura e às forças que a apóiam direta ou indiretamente. Denunciar durante a campanha as regras eleitorais da ditadura, como, por exemplo, a série de pacotes do governo.¹⁴⁵

Efetivamente, o partido não poderia ter ilusões quanto a possibilidade de aplicação das medidas propostas no programa econômico, em seu conjunto ou isoladamente, pelo governo Figueiredo. O Ministro Delfim Neto negociava então com o FMI um acordo somente divulgado imediatamente após as eleições de 1982, que, ao contrário do que defendia o PT, situava o Brasil como um “aliado” do sistema financeiro internacional. Após a crise do México, ao invés de liderar um processo de renegociação da dívida externa do “terceiro mundo”, o Brasil assumia o papel de “fiador” das medidas econômicas preconizadas pelo FMI.

O PT buscava construir simultaneamente sua unidade interna, tecendo uma base comum entre as diferentes tendências e

¹⁴⁵ Idem.

consolidar a sua liderança junto à sociedade, produzindo uma visão de mundo alternativa à dominante, incorporando da forma mais ampla possível o conjunto da população. Efetivamente, o PT propunha um projeto alternativo para a nação brasileira e se apresentava para disputar a sua hegemonia. Contudo, as disputas internas entre correntes de matizes políticos diversos – que lhe conferia um caráter democrático – contribuem para as ambigüidades e contradições do partido. Essas perpassam também muitas das correntes, sobretudo a que se constituiu como a mais importante, a Articulação. Neste sentido, voltando às eleições de 1982, é que podemos compreender que um documento como o programa econômico expressasse uma alternativa dentro dos marcos do sistema capitalista, ao lado de outros documentos – como a “carta eleitoral” – que buscavam subverter tal sistema – ainda que através da arena política e do jogo institucional.

O PT nunca se comportou como – ou mesmo tentou ser – um partido monolítico. As suas deliberações e propostas – através da Executiva e Diretório Nacionais, encontros, plenárias, etc. –, seriam antecedidas de intensos debates e disputas internas. A posição assumida, finalmente, pelo partido, seria decorrente da composição de várias forças ou da vitória de uma delas. Daí que parte das suas contradições e ambigüidades não resultavam apenas da rarefeita formulação teórica-política, mas das suas disputas e sistema democrático internos. Não obstante, o debate interno foi adquirindo cada vez mais um caráter simbólico, diante do fortalecimento de uma tendência – Articulação – que ocupou um papel hegemônico na formulação e implementação das propostas e da própria direção do partido, sobretudo a partir do final da década de oitenta. Mas, isso é uma outra história.

Bibliografia Citada

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma década quase perdida: 1949-1989*. Tese de Doutorado em História, ICHF/UFF, Niterói, 2000.

AZEVEDO, Clóvis Bueno de, *A estrela partida ao meio*, São Paulo: Entrelinhas, 1995. Os capítulos 1 e 2 do livro

AZEVEDO, Clóvis Bueno de, *Leninismo e Social-Democracia: uma investigação sobre o projeto político do Partido dos Trabalhadores*, Dissertação de Mestrado

em Ciência Política, São Paulo, USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1991.

COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o Capital. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de Doutorado em História, ICHF/UFF, Niterói, 2005.

DINIZ, Eli, BOSCHI, Renato & LESSA, Renato, *Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da Nova República*, São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1989.

FURTADO, Olavo Henrique Pudenci, *Trajeto e Perspectivas Social-Democratas: Do Modelo Europeu para o PSDB e o PT no Brasil*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, março de 1996.

GRAMSCI, Antonio, *Maquiavel, o Estado e a Política*, 8ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1991.

GURGEL, Cláudio, *Estrelas e borboletas; origens e questões de um partido a caminho do poder*, Rio de Janeiro: Pagagaio, 1989.

KECK, Margaret E., *A Lógica da Diferença: o Partido dos Trabalhadores na Construção da Democracia Brasileira*, São Paulo: Ática, 1991.

LEAL, Paulo Roberto Figueira, *A Encruzilhada do PT: a lógica da representação versus mercado eleitoral*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1997.

MENEGUELLO, Rachel, *PT: a formação de um partido, 1979-1982*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MOISÉS, José Álvaro & ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (orgs.), *Dilemas da consolidação da democracia*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

O'DONNELL, Guilherme & SCHMITTER, Philippe C., *Transições do regime autoritário*, São Paulo: Vértice, 1988.

PETIT, Pere, *A Esperança Equilibrista: a trajetória do PT no Pará*, São Paulo/Belém, NAEA-UFPA/Boitempo, 1996.

PONT, Raul, *Breve História PT*, Brasília: Centro de Documentação e Informação/Câmara dos Deputados, 1992.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O Poder, O Socialismo*. São Paulo: Graal, 1988.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

RODRIGUES, Leôncio Martins, “A composição social das lideranças do PT”, in: *Partidos & Sindicatos: escritos de sociologia política*, São Paulo: Ática, 1990.

SADER, Emir (org.), *E agora, PT? Caráter e identidade*, São Paulo: Brasiliense, 1986.

SOUZA, Isabel Ribeiro de Oliveira Gómez de, *Trabalho e Política: as origens do Partido dos Trabalhadores*, Petrópolis: Vozes, 1988.

Artigo recebido em 09/05/2007 – Artigo aceito em 03/07/2007.